

O MOVIMENTO GEOGRÁFICO LUSO E A CRIAÇÃO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

Priscila Velozo da Silva*

Resumo

No final do século XIX, surgia na Europa o movimento neocolonialista, com o objetivo de adentrar territórios pouco conhecidos, sobretudo na África e Ásia. Tal movimento gerou disputas entre os países europeus, que desejavam se apropriar e colonizar as regiões consideradas “bárbaras”. Nesse contexto, surgem as sociedades de Geografia, instituições voltadas para o estudo científico da Geografia visando facilitar o andamento das expedições nos continentes Africanos e asiáticos. Portugal, pioneira dos mares no século XVI e detentora de alguns territórios, preocupando-se com seus domínios, envolve-se no projeto com o chamado movimento geográfico luso, criando uma instituição semelhante as demais, que visa além do conhecimento geográfico, resgatar o passado de glória português e reavivar a memória heroica da nação.

Palavras-chaves: Geografia, neocolonialismo, movimento geográfico, Sociedade de geografia.

Abstract

At the end of 19th century, in Europe a neo colonialist movement rises, in order to enter in territories little unknown, especially on Africa and Asia. This movement generated conflicts between the European countries, which wanted to take ownership and colonize the regions considered "barbarians". In this context, the geography societies rises, institutions focused on the scientific study of Geography with the purpose to facilitate the expeditions in the African and Asian continents. Portugal, the pioneer of the seas during the 16th century and owner of some territories, worrying about their domains, engages in the project with the so called luso geographic movements, creating a similar institution the other, that aims to beyond the geographic knowledge, rescue the past glory of Portuguese and reviving the memory of heroic nation.

Keywords: Geography, neocolonialism, geography movement, geography society.

As sociedades de geografia no final do século XIX

No último quartel do século XIX, na Europa, efervescia o movimento neocolonialista. Expedições partiam dos principais centros europeus como França e Inglaterra, e tinham como destino regiões pouco conhecidas, sobretudo nos continentes Africano e Asiático, com a pretensão de civilizar tais territórios considerados “bárbaros”.

Artigo recebido em 22 de março de 2015 e aceito em 24 de março de 2015.

* Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: prihistuerj@yahoo.com.br

Nomeada de Movimento geográfico mundial, devido ao interesse das potências europeias em querer se deslocar para outro continente objetivando alcançar locais até então pouco conhecidos, a prática de explorar novas áreas estavam intimamente ligada aos grêmios e sociedades que vinham sendo fundadas desde o início do século XIX. Essas organizações patrocinavam as expedições de cunho científico e também se destinavam a demarcar território. Nesse contexto, Horace Capel (1981) aponta que na segunda metade do século XIX a geografia se converteu em uma ciência a serviço do imperialismo. As explorações eram a base do conhecimento geográfico, assim como a criação de centros de estudos destinados a organizar uma espécie de arquivo sobre todo o conhecimento possível dos locais explorados. Dessa maneira, a cartografia, a geografia, a medicina tropical e a etnografia enriqueceram seus saberes científicos, frutos dos estudos e expedições.

A preocupação em realizar estudos oficiais ocorria em função da necessidade de tornar conhecidos esses territórios e despertar interesses sobre regiões para a burguesia, com o intuito de promover intercâmbios comerciais e difusão da produção industrial.

As pesquisas de cunho científico muitas vezes eram direcionadas ao interesse de cada Estado explorador. As investigações geográficas eram orientadas a partir da necessidade de cada país. Por esse motivo, a produção científica da geografia em cada território era ligada à demanda política e econômica da nação europeia que custeava as pesquisas. Nessa conjuntura, as sociedades de Geografia se multiplicavam. Elas estavam diretamente ligadas às políticas expansionistas dos Estados europeus e desempenharam o papel de provedoras do reconhecimento territorial, de criação de um ambiente geográfico e desenvolvimento da disciplina como ciência, desencadeando a promoção de conferências, congressos, debates, os quais apresentavam os resultados daquelas expedições e abriam espaço para discussões, dúvidas e propostas; alcançando um público diversificado, compreendendo naturalistas, militares, curiosos, aventureiros e intelectuais.

Cristina Pessanha Mary (2010) relata que as querelas dos exploradores ganhavam grande repercussão da imprensa sensacionalista. Seus debates passaram a ser de interesse da população, transformando, inclusive, os expedicionários em celebridades, aglutinando numerosas plateias para assistir a debates entre aquelas personalidades.

A primeira Sociedade de Geografia surgiu em Paris, em 1821. Seguiu-se a de Berlim, em 1828. No Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado no ano de 1838 era a instituição promotora do conhecimento histórico aliado ao geográfico, que nesse caso

específico, foi criada para pensar o processo de definição da Nação brasileira “enquanto representante da ideia de civilização no novo mundo”. (GUIMARÃES, 1988: p.7).

A ampliação do número de sociedades de geografia nos vinte anos após a criação da primeira ocorreu de forma lenta. No entanto, a partir de 1870, já haviam cerca de 40 institutos, chegando a ultrapassar o número de 80 instituições no final do século, sendo que cerca de 70% delas localizavam-se na Europa. O restante espalhava-se por países como Estados Unidos, Japão e América Latina. (MARY, 2010: p.27).

Em Portugal não foi diferente. O país se lançou ao movimento geográfico, até mesmo por temer a perda de suas colônias do ultramar. Dessa maneira, se embrenhou na empreitada, que ganhou o nome de *movimento geográfico luso*, criando a Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875.¹ Esta foi idealizada por Luciano Cordeiro² e reunia militares, acadêmicos e profissionais liberais, desempenhando a função de centro de propaganda colonialista e patrocinador das grandes travessias pela África.

No entanto, considera-se que o reconhecimento científico do império colonial português foi iniciado no século XVIII com o projeto de uma “história natural das colônias” do naturalista paduano Domenico Vandelli, diretor do Real museu e jardim botânico da Ajuda.³ Vandelli impulsionou as viagens de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1783-1792), Manuel Galvão da Silva (Moçambique, 1783-1793), Joaquim da Silva José (Angola, 1783-1808) e João da Silva Feijó (Cabo Verde, 1783-1797).

Os naturalistas-viajantes desse primeiro momento do século XVIII percorreram territórios como os de Cabo verde e Angola. Contudo, nesse primeiro momento oitocentista, a exploração do conhecimento científico do território se prendeu mais ao Brasil, que encantou Portugal com as suas riquezas dos “três reinos da natureza⁴”.

No ano em que foi criada a SGL, Portugal se encontrava em um momento delicado, com sua economia interna passando por uma crise, que se arrastava desde o início do século

¹Tratada aqui também por SGL

²Luciano Baptista Cordeiro de Sousa (1844-1900). Sócio fundador da SGL, foi uma das personalidades mais relevantes da vida intelectual portuguesa do XIX.

³Sobre o naturalista Domenico Vandelli ver: Oswaldo Munteal Filho. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 1993; João Carlos Pires Brigola. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁴São eles Reino animal, vegetal e mineral. As riquezas naturais do Brasil encantaram os portugueses que se dedicaram a explorá-las

XIX⁵ e tomava maiores proporções. Sendo assim, não poderia mais se dar ao luxo de perder os demais territórios “conquistados” ainda no século XVI, época em que vivia coberto de glória com o pioneiro dos mares.

No entanto, desde a conquista de suas colônias durante o século XVI, suas atenções se concentraram no Brasil. Em relação aos domínios de Angola e Moçambique, existiam apenas algumas feitorias que serviam de zonas de comércio escravo, ou seja, a principal atividade nessas regiões era fornecer mão de obra escrava para o Brasil. (ALENCASTRO, 2000). Logo, “a decadência e a falta de perspectiva marcavam profundamente o panorama das regiões coloniais portuguesas na África, naquela conjuntura de meados dos Oitocentos”. (MARY, 2010: p.7)

A preocupação com a possibilidade de perder aqueles territórios se agravou quando, em 1876, nenhum explorador português foi convidado para a Conferência Geográfica de Bruxelas. Este evento se propôs a discutir a implantação de estações civilizatórias na África, com apoios construídos na região do Congo, pertencente a África central. Durante toda a década de setenta, houve uma marcante presença da Inglaterra, Bélgica e França sobre essa área, que se antes era pouco valorizada, nesse período passou a ser trilhada por exploradores.

Organizou-se ainda neste congresso uma instituição internacional chamada Associação Internacional Africana (AIA) com sede em Bruxelas, cujo presidente era o rei dos Belgas, Leopoldo II. A associação possuía caráter humanitário e defendia causas como o fim da escravidão.

Após esse congresso, foram criadas mais duas instituições: o Comitê de Estudos do Alto Congo (CEHA), e a Associação Internacional do Congo (AIC). Houve então, por parte do Leopoldo II, a reivindicação da soberania das áreas de atuação da associação, transformando a Associação Internacional do Congo, em Estado Livre do Congo.

Consciente do perigo que o rondava e sendo levantada a possibilidade de perda de seus territórios, o ministério do Ultramar criou a Comissão Central Permanente de Geografia, que deveria recolher documentos que privilegiassem aspectos geográficos, históricos, antropológicos e de história natural, referentes ao território português e suas províncias ultramarinas. (BRANDÃO, 2010).

Em 1885, ocorreu um novo congresso em Berlim, onde houve o reconhecimento do Novo Estado. Nesse encontro foram discutidas seis questões fundamentais relativas aos

⁵Ao longo do século XIX, Portugal vivenciou inúmeras conjunturas de crises econômicas, invasões francesas, perda do mercado brasileiro, domínio britânico na metrópole, duas guerras civis. A crise acentuou-se com a independência do Brasil e o distanciamento em termos de desenvolvimento das pequenas e médias potências
Transversos, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out. – mar. 2014/2015. | www.transversos.com.br 95

interesses coloniais na África Central: liberdade do comércio na bacia do Congo e seus afluentes; interdição ao comércio de escravos; neutralidade dos territórios na bacia do Congo; navegação no Congo e no Níger; condições essenciais a serem seguidas nas novas ocupações no Continente Africano; e, por último, quais as ocupações já efetuadas que seriam consideradas como efetivas⁶.

Em fevereiro de 1885, dezenove representantes dos quatorze países participantes assinaram o ato geral que foi publicado em março do mesmo ano, simultâneo com a *convenção de Reconhecimento dos Limites de Acção da Associação Internacional Africana e o Livro das Propostas e Projectos* discutidos durante o encontro.

O evento deixou Portugal temeroso, pois começara a perceber que a tese até então defendida sobre seus direitos históricos⁷ no continente africano estava sendo questionada. Tal fato levou os dirigentes lusitanos a tomar a iniciativa de transformar a África em um novo Brasil, passando então a priorizar o projeto de criar um Império no continente africano, explorando intensamente o território entre Moçambique e Angola.



Figura 1: Delegação portuguesa da conferência em Berlim
Fonte: Site da Sociedade de Geografia de Lisboa

⁶Conferência de Berlim. História. Disponível em <http://www.socgeografialisboa.pt/historia/conferencia-de-berlim>. (Acessado em 13 de junho de 2013).

⁷Baseado na primazia da ocupação europeia. Entendia-se que desde o século XVI, época das grandes navegações e conquistas, que o território era por direito de quem primeiro tivesse chegado e ocupado.

A Sociedade de Geografia de Lisboa

Os requerentes (...) julgam cumprir simplesmente um dever para com a Ciência (...) e para com a Pátria (...) procurando agremiar os esforços e realizar as aspirações de inúmeros estudiosos; ligar o país ao convívio científico do mundo civilizado (...), e finalmente evocar a luz e a justiça da Crítica moderna para o grandioso e infelizmente esquecido, caluniado ou mutilado trabalho com que a Nação Portuguesa, pelos velhos cosmógrafos e navegadores, há contribuído para a civilização geral e para a vasta e completa Ciência da Terra.⁸

Para além da iniciativa de demarcar territórios que acreditavam serem de seus domínios, a SGL desempenhava o papel de tentar recuperar o que foi Portugal outrora, sobretudo nos séculos XV e XVI, o país líder dos “descobrimientos” e que ocupava uma posição de centralidade no mundo europeu, com o intuito de trazer a esperança de que o tornaria novamente uma nação repleta de heróis, de iniciativas e, principalmente, de riqueza, deixando os tempos de crise para trás e entrando para o rol das potências do século XX.

Atribui-se à instituição e seus membros a percepção da necessidade de deixar as grandes explorações territoriais e começar as explorações regionais com estudos mais aprofundados das áreas da África portuguesa.

Entre as metas da instituição descritas no estatuto estavam “o estudo, o ensino, as investigações, as explorações científicas de geografia nos seus diversos ramos, aplicações, princípios, descobertas, destacando o conhecimento dos fatos e documentos relativos à nação portuguesa” (MARY, 2010: p.48). E, continuava o Estatuto enumerando os fins da instituição:

[...]organizando, promovendo ou auxiliando explorações, expedições e excursões científicas ou de estudo, e a formação de grupos ou clubes seccionais de excursões, de exercícios ou de diversões educativas que concorram para melhorar e fortalecer a educação cívica nacional, e auxiliar a difusão e aperfeiçoamento dos conhecimentos geográficos.⁹

Em 1885 houve uma reformulação do estatuto, sendo acrescentado “a reivindicação histórica dos seus direitos (de Portugal) e sua individualidade independente e soberana”¹⁰. (PEREIRA, 2005). Tal acréscimo ocorreu devido ao desgaste de relações entre Inglaterra e Portugal, que mais tarde desencadearia no episódio do “Ultimato Britânico”, que traria a Portugal o sentimento de humilhação.

⁸Organização social. Orgânica. Disponível em <<http://www.socgeografialisboa.pt/organica/organizacao-social>>. (Acessado em 13 de junho de 2013).

⁹Organização Social. Orgânica. Disponível em <<http://www.socgeografialisboa.pt/organica/organizacao-social>> (Acessado em :13 de junho de 2013).

¹⁰Art. 1º dos Estatutos da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875.

O desentendimento foi desencadeado pela iniciativa atribuída no ano de 1886 ao ministro dos negócios estrangeiros, Henrique de Barros Gomes, de desenhar um mapa ligando Angola a Moçambique com a pretensão de garantir a soberania sobre o território, criando então, o chamado “mapa cor-de-rosa”.¹¹

No entanto, o mapa projetado perpassara por regiões onde, pelos planos britânicos, seria construída uma ferrovia que ligaria o Cairo à Cidade do Cabo. Aliado a esse fato, ocorreu o “incidente Serpa Pinto”, quando em uma de suas expedições intencionada a explorar a zona da Costa Oeste de Angola e mapear o interior do continente africano, o explorador português Alexandre Serpa Pinto¹² decidiu impor pela força a autoridade portuguesa, em domínios ocupados pelos ingleses.¹³



Figura 2: Mapa cor de rosa da África
Fonte: Site da Sociedade de Geografia de Lisboa

Como consequência, em 11 de janeiro de 1890, o primeiro-ministro britânico Salisbury¹⁴ decidiu dar uma lição nos portugueses. Ele declarou o Ultimato que obrigava Portugal a retirar a expedição militar chefiada por Serpa Pinto dos territórios compreendidos

¹¹O mapa ligava Angola a Moçambique, e compreendia a zona de influência de Cecil Rhodes (zona de disputa). Tinha essa denominação pelo fato de estar pintado de cor-de-rosa.

¹²Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto, visconde de Serpa Pinto, foi um militar e explorador português, reconhecido como novo herói na época do movimento neocolonialista.

¹³O território compreendido entre Angola e Moçambique era utilizado somente como entreposto comercial e lugar para desembarque de degredados. A partir da resolução determinada pela Conferência de Berlim, a ocupação efetiva se sobrepunha ao direito histórico, ou seja, o território pertenceria a quem primeiro ocupasse. Por esse motivo, Serpa Pinto saiu em expedição para mapear o interior do continente africano e assim reclamar o domínio português sobre o mesmo. Ao encontrar o território a noroeste de Moçambique ocupado pelas missões fundadas por David Livingstone, missionário e explorador escocês, Serpa Pinto arreou as bandeiras inglesas, na convicção de que o território pertencia a Portugal.

¹⁴Robert Arthur Talbot Gascoyne-Cecil (3 de fevereiro de 1830-22 de agosto de 1903), 3º Marquês de Salisbury. Transversos, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out. – mar. 2014/2015. |www.transversos.com.br

entre Angola e Moçambique, autorizava a livre circulação de pessoas britânicas pela região de Moçambique, e a construção de uma via férrea que ligaria o porto de Lourenço Marques à fronteira do Transval, a custa dos cofres portugueses.

Só restou a Portugal seguir as ordens inglesas, pois um rompimento de relações entre os dois países, seria prejudicial para Portugal. Esse episódio causou indignação nos ministros e também na população. Naquela noite, uma grande quantidade de pessoas saiu às ruas e apedrejou a casa do Ministro dos negócios estrangeiros. A partir desse momento, a necessidade de um ideal coletivo e das iniciativas da SGL ficou evidente.

A associação era formada por sócios ordinários e correspondentes. Com o tempo houve um crescente aumento de adeptos. Em 1875 eram setenta e quatro sócios. Por sua vez, no início do século XX, o número ultrapassava dois mil, tendo como primeiro presidente Januário Correia de Almeida, o visconde de São Januário.

A Sociedade de Geografia tinha como protetor o rei português D. Luís. Possuía também muitos sócios que ocupavam cargos no governo. No entanto, não era uma instituição governamental, sendo mantida por doações. Em 1880, o Visconde de São Januário, um dos sócio-fundadores, tornou-se ministro da Marinha e Ultramar, incorporando a SGL à comissão central de geografia, ligada ao Ministério da Marinha, quando passou a ter seus boletins custeados pelo governo, sendo considerada órgão consultivo do Estado português.

A SGL era composta por pessoas da elite portuguesa, sendo o ingresso restrito a quem pudesse arcar com os custos da sociedade. A maior parte de seus membros pertencia ao Partido Regenerador ou Progressista¹⁵. Por exemplo, Antonio Enes (Comissário régio em Moçambique), João Cesário de Lacerda (secretário-geral da província de Cabo verde), Francisco Maria da Cunha (par do reino e governador geral de Moçambique e do Estado da Índia). Todos os membros, mesmo os que não fossem positivistas, partilhavam o desejo de estimular a investigação científica através da SGL, pois só a ciência traria a transformação que o país necessitava. (MARY, 2010)

Podemos destacar como membros de extrema importância para a formação da sociedade Rodrigo Afonso Pequito¹⁶ e Luciano Cordeiro. Esse último teve ampla participação em jornais, exposições e fóruns internacionais, entre eles a referida conferência de Berlim.

¹⁵Durante o século XIX em Portugal vigorava uma política denominada rotativismo, que contava com a alternância de dois partidos políticos no poder. Estes eram o partido Regenerador e o partido progressista.

¹⁶Rodrigo Pequito (1849-1931). Foi professor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, e atuava ativamente na política nacional.

Em 1876, a sociedade apresentou seu ponto de vista sobre “a conveniência científica, econômica e política de se empreender uma expedição portuguesa através do sertão africano de costa a costa”.(BRANDÃO, 2010: p.185). Esse debate já estava em pauta desde a preparação para a “Expedição Científica Portuguesa à África Austral”, quando surgiu a existência de dois grupos. O primeiro, do qual fazia parte Luciano Cordeiro, defendia a travessia, ou seja, a exploração do território de uma ponta a outra, e a segunda corrente defendida por José Julio Rodrigues¹⁷, desejava a exploração apenas dos territórios considerados sob soberania portuguesa.

Em 1877, quando os expedicionários já se encontravam em Angola, Luciano Cordeiro anunciou o recebimento de uma carta dos viajantes, que decidira alterar os itinerários, que antes se limitava a Angola e fazer toda a travessia até Moçambique.

Quase todos os membros da Sociedade apoiavam a decisão de fazer a travessia. O Visconde de São Januário afirmou que “o plano do Governo era mesquinho enquanto que a travessia tornaria respeitável o nome português [...]” (BRANDÃO, 2010). Após ordens do Ministério da Marinha para que os expedicionários seguissem o antigo plano de exploração parcial, os exploradores se separaram, e Serpa Pinto seguiu a travessia por conta própria, correspondendo as expectativas da SGL.



Figura 3: Serpa Pinto
Fonte: Site da Sociedade de Geografia de Lisboa

Em 1880, a SGL promoveu comemorações pelo tricentenário de Luiz de Camões. No âmbito das celebrações, Luciano Cordeiro dedicou um opúsculo a Camões, enquadrando o escritor no projeto de recuperação da nação. O evento acabou por tornar-se popular, o que não era a pretensão da organização da festividade, já que a princípio teria um caráter mais elitista.

¹⁷José Júlio de Bettencourt Rodrigues(8 de maio de 1843-9 de abril de 1923), bacharel em filosofia e matemática pela faculdade de letras e de ciências da Universidade de Coimbra, era professor do Liceu nacional de Lisboa e sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Sociedade de ciências médicas
Transversos, Rio de Janeiro, v. 03, n. 03, out. - mar. 2014/2015. |www.transversos.com.br 100

Além das comemorações camonianas, a SGL celebrou também o centenário das Índias e realizou homenagens a Vasco da Gama, sempre demonstrando a preocupação de marcar os acontecimentos importantes da “era de ouro” portuguesa.

Em dezembro de 1901, passados quase 10 anos do episódio humilhante do Ultimato britânico, e sendo cada vez mais visível a necessidade de se conhecer detalhadamente o interior das colônias, a Sociedade de Geografia de Lisboa promoveu um Congresso Colonial Nacional. Os artigos e conferências do congresso se encontram nos Boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa, 18ª e 19ª séries.

Entre os assuntos abordados no congresso estavam a economia e agricultura (MORENO, 2012), que tratava da conjuntura econômica portuguesa e da exploração e comércio dos gêneros produzidos nas regiões coloniais, como café, cacau, cana-de-açúcar, algodão, entres outros.

Outra questão abordada foi referente a administração e legislação das colônias. Estas eram regidas por leis que haviam sido reformuladas pela última vez entre 1820 e 1830. Esse código vigorava em todas as colônias, exceto em Cabo Verde, que possuía legislação distinta por ter se consolidado como centro de formação de administradores de outras colônias. A legislação levou em conta a igualdade dos cidadãos da colônia e da metrópole. No entanto, com as discussões em torno das questões raciais, que emergiam no final do século XVIII, a ideia de igualdade não era mais tão firme. Com isso, a legislação existente conflitava com os ideais pregados.

O artigo apresentado por Eduardo Costa, “A administração em nossas colônias africanas”, abordou a temática administrativa e a discussão sobre o trabalho compulsório realizado pelas comunidades étnicas.

Outro tema recorrente no congresso foram as campanhas militares, que alcançaram grande resultado mapeando regiões como Angola e Moçambique, o que acabou tornando a carreira militar uma oportunidade para a população local, muito pobre, ascender socialmente.

Em resumo, o congresso se dispôs a discutir no âmbito da elite dos sócios da SGL, a problemática das questões coloniais que eram de extrema importância para a conjuntura portuguesa na época.

Os congressos de geografia faziam parte desse novo ciclo. Com a institucionalização universitária da geografia no século XIX, os instrumentos passaram a ser utilizados para a difusão dos trabalhos e intercâmbio de informações. Dessa maneira, os melhores caminhos

eram os referidos congressos com os quais colaborou a SGL e as revistas científicas. À medida que foram surgindo os congressos dividiam-se em seções, como cosmografia, navegações, viagens, meteorologia, estatística, geografia econômica e política. (CAPEL, 1981).

Um dos temas mais recorrentes nos congressos eram as viagens, explorações, e a imigração, assuntos muito em voga naquela conjuntura. Capel advertiu que em um primeiro momento a geografia interessava a grupos sociais bem definidos, como os militares, políticos e exploradores, como observamos na composição da SGL. Juntamente com os políticos e militares, comerciantes e industriais eram os grupos mais importantes dos congressos devido aos interesses dos mesmos nos novos territórios que surgiam.

A Sociedade de Geografia de Lisboa, teve também um grande envolvimento no projeto de união Brasil e Portugal, um movimento que se iniciou com a chegada do século XX e mobilizou intelectuais e políticos luso-brasileiros, e tem como um dos seus precursores o português Zófimo Consiglieri Pedroso¹⁸, membro e posteriormente presidente da SGL.

O projeto visava maior aproximação dos dois países que estavam estremecidos desde a Proclamação da República no Brasil e tinha num âmbito mais amplo o objetivo de compartilhar ideias e manter união luso-brasileira através de trocas culturais. Nos boletins da SGL, encontramos artigos que fazem referência a campanha enfatizando a valorização do imigrante português. Uma das iniciativas mais significativas foi um concurso promovido por Zófimo Consiglieri Pedroso, em 1909, para que se falasse acerca da memória da colônia portuguesa no Brasil, mostrando sua preocupação com o descaso que, segundo alguns relatos, a colônia vinha sofrendo por parte dos dois governos.

A sugestão de Pedroso era que se reservasse um valor no orçamento para que se promovesse o referido concurso, cujo tema era: “o modo mais eficaz de promover a união moral da colônia portuguesa no Brasil com a mãe-pátria, apresentando os alvitre para evitar a sua desnacionalização e indicando igualmente os meios mais apropriados para lhe dar a indispensável força na luta com as outras colônias estrangeiras, que ali lhe disputam a influencia”. O prêmio oferecido foi de 200 mil réis em dinheiro português. O concurso foi lançado em 05 de abril de 1909 e finalizado em 01 de maio de 1909.

Zófimo Consiglieri Pedroso, era um intelectual e muito patriota, preocupado com o rumo do país, dedicou-se ao estudo minucioso da crise financeira portuguesa e da possível

¹⁸Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da Silva, Lisboa 1851- Sintra, 1910. Foi pedagogo, político, jornalista e empresário português.

aproximação entre Brasil e Portugal. Após analisar detalhadamente a situação portuguesa, submeteu a apreciação dos seus colegas da direção da SGL, uma proposta para a realização de um acordo luso-brasileiro.

Obtendo acolhimento por parte dos membros da instituição, a proposta passou a ser seu único objeto de estudo, do qual se preocupou em desenvolver e aperfeiçoar. E, no dia 10 de novembro de 1909, a Assembléia Geral da Sociedade da Geografia de Lisboa aprovou por aclamação o referido acordo.

A proposta sugeria a realização de congressos periódicos reunidos em Lisboa, no Porto e Rio de Janeiro. Cogitava ainda a assinatura de um tratado de arbitragem internacional, de um tratado de criação de comércio, criação de uma linha de navegação luso-brasileira, fundação de entrepostos centrais para o intercâmbio comercial, e construção de palácios, um no Rio e outro em Lisboa, para se expor e vender produtos nacionais de cada um dos dois países.

Sugeria também a unificação ou harmonização das leis civis e comerciais portuguesas e brasileiras, a aproximação intelectual, científica, literária e artística, dando a professores e diplomados de ambas as nações os mesmos direitos, com equivalência dos respectivos títulos de habilitação e visitas regulares de excursionistas e estudos entre intelectuais.

Devido à repercussão da proposta, ela foi publicada em opúsculo, também por iniciativa da SGL, dirigido à imprensa, às associações do Brasil e aos homens de ciências, alcançando acolhimento e entusiasmo. Durante muitos anos desenvolveram-se vários projetos semelhantes com o objetivo principal de unir Brasil a Portugal, e o “Acordo luso-brasileiro” continuou a servir de base para as outras iniciativas, sendo considerado o projeto pioneiro.

A Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil

Percebendo a situação crítica de Portugal na corrida colonialista, a Sociedade de Geografia resolveu contar com o maior número de adeptos ao movimento geográfico luso. Para isso, resolveu angariar sócios correspondentes em todas as partes que conseguisse, criando filiais. Estas deveriam representar os interesses portugueses, seguindo a linha da matriz em Lisboa. E, em 1878, foram criadas as filiais em Braga, no Porto e no Rio de Janeiro. Nesta última localidade foi denominada de Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil.

O primeiro presidente da filial no Brasil, localizada no Rio de Janeiro, foi o senador Cândido Mendes de Almeida (São Bernardo dos Anapurus, 14 de outubro de 1818 – Rio de

Janeiro, 1 de março de 1881)¹⁹, a quem foi dirigido ofício informando o papel da filial no Brasil de “cooperar, explicitando-se a ideia subjacente ao projeto luso: das seções esperava-se o envolvimento “fraterno” nas questões enfrentadas pela “pátria portuguesa” (MARY, 2010) . O Visconde de São Januário afirmou ainda a necessidade de se criar a filial “em prol da ciência, que apagaria as diferenças entre brasileiros e portugueses” (MARY, 2010)

Os estatutos da Sociedade possuíam os mesmos objetivos da matriz, e seus filiados tinham algumas obrigações, como arcar com taxas e mensalidades. A admissão de novos membros era sujeita à indicação dos antigos sócios e sua respectiva aprovação. As decisões tomadas pela filial deveriam ser submetidas ainda a aprovação da matriz.

Os membros da filial pertenciam à elite que vivia no Rio de Janeiro composta em grande parte por membros da colônia portuguesa, como por exemplo, Visconde do Rio Vez (Boaventura Gonçalves Roque, 22 de abril de 1822 - 14 de junho de 1894) comerciante e filantropo português, que veio novo para o Brasil e tornou-se um dos mais importantes membros da colônia portuguesa; Visconde de Mattosinhos (João José dos Reis Júnior, 25 de julho de 1846- 1922) 1º Visconde e 1º Conde de São Salvador de Mattosinhos, proprietário do jornal “o Paiz” e membro da colônia portuguesa no Brasil; e, Emílio Zaluar (fevereiro de 1826- abril de 1882), escritor, poeta e jornalista, assim como os outros nascidos em Lisboa e todos membros da colônia portuguesa no Brasil. No ano de 1879 a seção teve D.Pedro II como seu presidente honorário.

Em 1881, houve uma divisão entre alguns setores da sociedade. Alguns associados estavam interessados em iniciar um grêmio nacional, enquanto outros resistiam à ideia, preferiam permanecer apenas como uma filial, como no projeto inicial. Dessa forma, parte dos integrantes passou a constituir a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, surgida em um cenário de efervescência cultural e fundada por iniciativa do Senador Manuel Francisco Correia Junior (Paranaguá, 1 de novembro de 1831 – Rio de Janeiro 11 de junho de 1905) em 25 de fevereiro de 1883, devido à necessidade de uma instituição que fosse inteiramente nacional em que “positivistas, evolucionistas, darwinistas, pelos mais diferentes caminhos, buscaram de modo científico solucionar o problema do “atraso atávico” do país”. (CARDOSO, 2003)

Nesse momento a única instituição no país, que se dedicava aos estudos de geografia era o IHGB, que estava ligado à construção de memória nacional do Estado monárquico e sua atividade principal era levantar dados históricos e geográficos para o processo de centralização

¹⁹Advogado e jornalista brasileiro. No período de 1871 a 1881, foi senador do Império.

da monarquia. Portanto, os criadores da SGRJ acreditavam na necessidade de criação de uma sociedade de caráter nacional, um centro de pesquisa que tratasse dos assuntos do Brasil, sistematizando os conhecimentos geográficos e colocando a ciência a serviço da nação.

Apesar das divergências na filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, em 1883, a revista da SGL no Brasil passou a circular novamente com uma sobrevida que se estendeu até 1886 com um grêmio que foi gradativamente enfraquecendo. Seus últimos suspiros datam do início de 1889. Durante a República, dez anos depois em 1899 uma nova diretoria foi organizada, mas não obteve maiores repercussões.

Já a matriz, a Sociedade de Geografia de Lisboa, sobrevive até os dias atuais, sendo reconhecida como uma forte instituição de caráter histórico em Portugal, mantendo seu estatuto, suas características e promovendo iniciativas acerca da memória do país, sua revista, é considerada uma das mais antigas revistas portuguesas de edição contínua, tendo sua publicação iniciado em 1876 e sendo editado até hoje ininterruptamente.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de . O TRATO DOS VIVENTES. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina, nos primórdios do século XX. HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE-MANGUINHOS, Rio de Janeiro, v.13, n.3, jul./set. 2006.

BRANDÃO, José Manuel. “O Museu de geologia colonial” das comissões geológicas de Portugal: contexto e memória. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA. Rio de Janeiro, v.3,n.2 p.184-199,jul/dez 2010.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. Lisboa: Typographia universal, 1876-. Mensal.

CAPEL, Horace. FILOSOFIA Y CIENCIA EM LA GEOGRAFIA CONTEMPORÁNEA: uma introducción a la Geografía. Barcelona: Barcanova: Temas Universitários. 1981.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO: identidade e espaço nacional (1883/1909). 2003. 209 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ENCYCLOPÉDIA E DICCIONÁRIO INTERNACIONAL. VOL XIV. Rio de Janeiro - Nova York, C.H. Simonds company, impressores

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A economia dos descobrimentos Henriquinos**. Livraria Sá da Costa. Lisboa, 1962.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 1988.

ISAIA, Artur Cesar (cood); HOMEM, Amadeu de Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da. **Progresso e religião: A República no Brasil e em Portugal 1889 - 1910**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

MARY, Cristina Pessanha. **Geografias pátrias: Brasil e Portugal - 1875-1889**. Niterói: Editora da UFF. 2010.

MORENO, Helena Wakim. Questões ao Sul: notas acerca do congresso Colonial Nacional da Sociedade de Geografia de Lisboa. In: **III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**. I Encontro Nacional de Geografia Histórica. 5 a 10 de novembro de 2012.

PEDROSO, Zófimo Consiglieri. **O Acordo luso brasileiro**. Lisboa: Jose Bastos e Cia Editora. 1909.

* * *

Como citar:

SILVA, Priscila Velozo da. O Movimento geográfico Luso e a criação da sociedade de geografia de Lisboa. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, Vol. 03, nº. 03, pp. 92-106, out-mar. 2014/2015. Disponível em: <www.transversos.com.br>. ISSN 2179-7528.